



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 4ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais – FCDL - MG – pelos 40 anos de sua fundação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário
2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário
3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/3/2013

Presidência do Deputado Mário Henrique Caixa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Leitura de mensagens - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes - Entrega de placa - Palavras do Sr. José César da Costa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Carlos Arantes - Fred Costa - Mário Henrique Caixa - Rômulo Veneroso - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mário Henrique Caixa) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião a homenagear a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL-MG - pelos 40 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Marcelo de Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; José César da Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL-MG -; Jonísio Lustosa Nogueira, Diretor da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais - ACMinas -; e Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Leitura de Mensagens

A locutora - Registramos o recebimento de mensagens dos Exmos. Srs. Antonio Augusto Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Aécio Neves, Senador; Aelton Freitas, Deputado Federal; Marcos Montes, Deputado Federal; e Glaycon Franco, Deputado Estadual.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo violinista Marcelo Nébias e pelo violonista Vítor Duarte.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes

Cumprimento os Exmos. Srs. Deputado Mário Henrique Caixa, representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro; José César da Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais; Marcelo Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; Jonísio Lustosa Nogueira, Diretor da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais; autoridades presentes; imprensa; telespectadores da TV Assembleia; senhoras e senhores.

O motivo de estarmos reunidos esta noite é para homenagearmos uma federação que começou sua história há 40 anos, exatamente no dia 19/3/1973. Era criada a Federação das CDLs de Minas Gerais, que teve, como seu primeiro Presidente, Danilo Adolpho Santos. Ela é uma instituição surgida em uma época em que não havia tantos relacionamentos entre CDLs no Estado. Na década de 60, quando foi criada a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, havia a grande necessidade de cada Estado contar com uma instituição que pudesse fazer valer a voz e as necessidades das empresas.

Lembro às senhoras e aos senhores que a FCDL de Minas Gerais é a maior federação brasileira nesse segmento e que seu trabalho é referência para todo o movimento lojista nacional. A missão da CDL é contribuir para o processo contínuo de aprimoramento de suas entidades, adequando-se aos cenários político, econômico e social das regiões onde se encontram. Digo que esta missão é muito mais ampla, pois homenagear a FCDL é aplaudir o trabalho de todas as CDLs do nosso Estado. Os verbos capacitar, evoluir, agregar, qualificar, organizar, fazer, discutir, possibilitar e realizar são apenas algumas ações que encontro ao lembrar do papel e da importância de uma organização como a CDL.

O trabalho da FCDL de Minas se estende pela constituição de suas assessorias técnicas, embaçadas e articuladas para ofertar as informações necessárias para a criação de novas CDLs no Estado, e hoje, em Minas, já são mais de 200. A FCDL oferta às suas afiliadas um capital humano qualificado para fortalecer ainda mais as suas federadas e as empresas associadas às CDLs.

Faço questão de lembrar que esta Casa do povo de Minas já valoriza o trabalho da FCDL-MG, afinal temos aqui uma frente parlamentar estadual que, de maneira legítima, representa os interesses do comércio varejista mineiro. Essa frente é até liderada pelo amigo Deputado Duarte Bechir e também conta com nosso apoio. O Deputado Duarte Bechir até estaria aqui presente, mas, por problema de saúde de sua mãe, precisou se ausentar no início da noite e me pediu que o justificasse. Ele é um grande companheiro.

Enfim, amigos, é importante ressaltar, volto a dizer, que é por meio do capital humano que se faz crescer uma federação como a FCDL de Minas. Estendo meu abraço a toda a diretoria, ao Presidente José César da Costa, ao 1º-Vice-Presidente Vandir Domingos da Silva; ao 1º-Vice-Presidente e ao 2º-Vice-Presidente Administrativo e Financeiro Marco Antônio de Oliveira e Francisco José de Melo, respectivamente; aos Vice-Presidentes da Zona da Mata, Antônio Chala; do Triângulo Mineiro, Celso Guimarães; do Vale do Rio Doce, Flávio Leal; do Centro-Oeste, Luiz Vicente da Costa; do Noroeste de Minas, Marcos Antônio Luiz; do Sul de Minas, Nilson Andrade, meu fraterno amigo de minha querida Paraguaçu; do Alto Paranaíba, Pedro Paulo de Freitas; da região central, Roberto Alfeu; e do Norte de Minas, Vandi Ribeiro; aos conselheiros fiscais João Batista de Assis, José Barbosa, Maurício Martins e Vanessa Maciel; aos diretores especiais Fúlvio Ferreira, Maura Mendonça, José Alves de Aguiar; ao coordenador da FCDL Jovem, Geovane Teles, além do Gerente de Relacionamento Belchior Gonçalves, meu amigo particular e outro grande engajador para que esta homenagem acontecesse esta noite.

Para terminar, desejo que a FCDL-MG e todo o comércio representado pelas suas CDLs federadas se expandam, cresçam, evoluam e que os resultados desse trabalho sejam sinônimo de desenvolvimento socioeconômico e geração de empregos. Saibam que a Assembleia de Minas é mais uma porta aberta para as suas solicitações e anseios. Parabéns, FCDL, pelos seus 40 anos; parabéns, Presidente dinâmico e parceiro José César e toda a sua diretoria. Muito obrigado.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Mário Henrique Caixa, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Sr. José César da Costa, Presidente da FCDL-MG, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL-MG - vem, desde 1973, contribuindo para o contínuo aprimoramento de suas filiadas em nosso Estado. Graças a muito trabalho, realizações e conquistas, reúne entidades que representam mais de 110 mil empresas em Minas Gerais, o que faz dela a maior federação do País. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento ao destacado papel da FCDL-MG no movimento lojista nacional, presta-lhe justa homenagem na comemoração do seu 40º aniversário".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Antônio Carlos Arantes, companheiro e amigo, para juntos fazermos a entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. José César da Costa

Boa noite a todos. Cumprimento os Exmos. Srs. Deputado Mário Henrique Caixa, representante do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro; Marcelo Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, e Vice-Presidente da CDL-BH, nosso companheiro do movimento lojista; Jonísio Lustosa Nogueira, Diretor da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais; Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; demais autoridades; dirigentes de CDLs; empresários e profissionais do comércio, que carinhosamente nos acompanham. Cumprimento ainda os nossos amigos Honório Pinheiro, representante da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará, e Freitas Cordeiro, Presidente da CDL de Fortaleza.

Senhoras e senhores, amigos de grato convívio, honra-nos saudar todos os presentes nesta corte parlamentar. Na qualidade de intérprete do movimento lojista mineiro, ambos simultaneamente emocionados, vimos receber a decorosa homenagem prestada à Federação das CDLs de Minas Gerais, por ocasião de seus 40 anos de existência. São quatro décadas de história construída pela grandeza de pessoas que, no passado, integraram a Federação e que no presente a integram, tornando-a notável diante das lutas e das conquistas.

Com a missão de coordenar e congregar as 200 CDLs em todo o Estado, a Federação se alinha a vários pilares, entre eles o de caminhar com foco nos anseios da classe comercial que representa e edificar, dando consistência sobretudo à sustentabilidade, numa época em que o mercado econômico se descortina com grandes oportunidades de negócios e desafios acelerados e, ao mesmo tempo, exige de seus protagonistas a quebra de paradigmas, a inovação, os avanços tecnológicos e a revisão de conceitos.

Senhoras e senhores, esta homenagem ofertada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais marca sensivelmente as bodas de rubi da Federação. O movimento lojista mineiro se sente reverenciado pela honrosa distinção que expressa o reconhecimento de todo um trabalho em prol da classe lojista. Enaltecidos por essa iniciativa, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes e referendada pelos seus pares, expressamos nosso profundo agradecimento a todos os digníssimos parlamentares desta Casa.

Muito nos orgulha sermos agraciados por esta Casa que representa o povo de Minas e se destaca pelo seu modelo exemplar de seriedade na atuação parlamentar, notadamente liderada pelo seu Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e pelo exercício de seu papel de fiscalizadora e propulsora de benefícios de interesse público.

Agradecemos o apoio às iniciativas que promovem os avanços do setor lojista, com a viabilização de projetos para o desenvolvimento de micro e pequenos empresários mineiros representados por essa Federação. Somos igualmente agradecidos pelas parcerias firmadas entre a Assembleia e a Federação, tal como já foi dito pelo Deputado, com a criação da Frente Parlamentar de Apoio aos Micro e Pequenos Empresários, com o empenho fundamental do seu Presidente, Deputado Duarte Bechir, que conduziu os trabalhos junto à comissão dos Deputados, bem como pela parceria com todos os Deputados na aprovação do Código de Defesa do Contribuinte, na adesão ao projeto Assine + Saúde e em tantas outras ações que estão por vir.

Caros amigos, o que torna excepcional este momento é a certeza da efetiva parceria desta Casa parlamentar com a FCDL de Minas Gerais e a gratidão que recorda essa história. Muito obrigado a todos. Boa noite.

Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento o Sr. José César da Costa, Presidente da FCDL-MG; o Exmo. Sr. Marcelo Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o Exmo. Sr. Marcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte; o Exmo. Sr. Jonísio Lustosa Nogueira, Diretor da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais, e o Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Os 40 anos transcorridos desde a fundação da FCDL-MG representam uma história de sucesso e luta em prol dos interesses empresariais e varejistas. Órgão que congrega as câmaras de dirigentes lojistas - CDLs - do Estado, a Federação nasceu em 19/3/73, idealizada por aqueles que se tornariam seus primeiros Presidentes, os Srs. Ronaldo Ferretti e Danilo Adolpho Santos.

A ideia era que a entidade unisse as CDLs municipais, que se relacionavam apenas em nível local, tornando-se uma instituição norteadora de sua atuação em âmbito estadual e municipal. Propagadora do espírito de associativismo, a FCDL fomentaria a união e o empenho das federadas em benefício das causas dos lojistas, setor tão dinâmico e na vanguarda da economia mineira. Quatro décadas depois de sua fundação, a FCDL-MG orgulha-se de ter alcançado seus objetivos ao se tornar a maior federação de seu gênero no País, reunindo 200 CDLs e assistindo mais de 100 mil empresas. Por sua destacada e prolífica atuação, tem merecido a admiração do movimento lojista nacional. O seu êxito pode ser atribuído aos nobres valores que pautam suas ações, como o respeito às filiadas, a transparência, o compromisso com os resultados, o incentivo à criatividade e à inovação.

Hoje a sua finalidade é prestar apoio e auxílio às CDLs mineiras, por meio do Serviço de Proteção de Crédito - SPC Brasil - e da Serasa, divulgar ações locais, prestar assessoria técnica e propagar informações sobre os direitos e deveres do comércio, fazendo cumprir o estatuto da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. Possui também importante atuação junto ao poder público na defesa da categoria que representa, participando ativamente na discussão de matérias de seu interesse. Exemplo desse importante papel foi a exitosa mobilização pelo veto ao projeto de lei que obrigaria os detentores de bancos de dados, cadastros de consumidores e serviços de proteção ao crédito a comunicarem aos consumidores a negativação de seu nome, por meio de carta registrada com aviso de recebimento.

Em outubro de 2012, a FCDL-MG capitaneou o vitorioso movimento em favor da regulamentação do Código de Defesa do Contribuinte. O diploma legal representa demanda antiga dos empresários e lojistas, que há muito buscam maior segurança jurídica e proteção contra abusos do Fisco. Mostrando que não é simplesmente uma entidade de classe, mas uma instituição que busca o bem comum, a FCDL-MG abraçou a campanha Assine + Saúde, auxiliando este Parlamento e as outras instituições parceiras na divulgação do movimento. Empenhou-se também na coleta de assinaturas, colaborando para levar ao Congresso Nacional o projeto de lei de iniciativa popular que determina a aplicação de 10% da receita corrente da União na saúde pública. A FCDL-MG, otimista com o



futuro, certamente fará a sua parte para fomentar o comércio no Estado em 2013, trabalhando para a expansão do movimento lojista, com a instituição de CDLs em outros Municípios mineiros.

Por todas essas iniciativas, parablenzo o Sr. José César da Costa, seu Presidente, eleito para o cargo em 2007 e reeleito em 2010. Esse empresário do ramo de construção civil e madeireira, dotado de grande espírito de liderança, ocupara anteriormente os postos de Conselheiro Fiscal e Vice-Presidente da FCDL-MG e de Vice-Presidente da CDL de Governador Valadares. Atualmente acumula as funções de Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do SPC Brasil e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. Com toda essa vasta experiência, José César da Costa vem conduzindo a Federação com brilhantismo e competência.

O movimento varejista nacional escolheu como símbolo a embarcação a vela utilizada na antiguidade pela poderosa civilização fenícia para comercializar seus produtos, ligando o ocidente ao oriente. Os fenícios, que originalmente habitavam terras de relevo acidentado, que não favorecia a agricultura, a caça ou a pesca, conquistaram, graças ao comércio, invejáveis supremacia política e poderio econômico.

Ao trabalhar pela prosperidade do comércio varejista, que responde por 17% do PIB de Minas Gerais, a FCDL-MG, como a nau fenícia, vem trazendo desenvolvimento e prosperidade para nosso Estado. Por isso tudo merece muito os aplausos do Legislativo mineiro, que deseja que a estas quatro décadas de vida se somem outras tantas, sempre marcadas pelo dinamismo, a seriedade e a ética que têm permeado a sua história. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 26, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 26/3/2013.). Levanta-se a reunião.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 26/3/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.512, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 14.941, de 29/12/2003, 16.318, de 11/8/2006, 17.615, de 4/7/2008, e 19.429, de 11/1/2001, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.549, que regulamenta a oferta do serviço de "couvert" no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.692/2013, do Tribunal de Justiça, que fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.693/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que reajusta os valores do subsídio mensal dos membros do Ministério Público. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.511/2012, do Deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 4.365/2013, do Deputado Anselmo José Domingos; 4.374 e 4.375/2013, da Comissão de Participação Popular; 4.389 a 4.391/2013, do Deputado Anselmo José Domingos, e 4.396/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 377/2011, do Deputado Célio Moreira; 3.193/2012, do Deputado Dilzon Melo; 3.367/2012, do Deputado Fred Costa; 3.420/2012, do Deputado Leonardo Moreira; 3.466/2012, do Deputado José Henrique; 3.619/2012, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; e 3.696/2013, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e do Deputado Tiago Ulisses; e 3.754/2013, do Deputado Braulio Braz; 3.878/2013, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.999/2012, do Deputado Fabiano Tolentino; 3.690/2013, do Governador do Estado; 3.779/2013, do Deputado Rogério Correia; 3.804/2013, do Deputado Rômulo Viegas; 3.806/2013, do Deputado Rogério Correia; 3.809/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.823/2013, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e 3.828/2013, do Deputado João Vítor Xavier.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.891/2011, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.426/2013, do Deputado Duarte Bechir; 4.430/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.398/2013, da Deputada Liza Prado; 4.425/2013, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 16/2011, do Deputado Neilando Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.403 e 4.404/2013, do Deputado Fábio Cherem.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 26/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 27/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 795/2011, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.407/2013, da Comissão de Participação Popular, e 4.424/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 27/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.727/2013, do Deputado Paulo Lamac.

Requerimentos nºs 4.329/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 4.336/2013, do Deputado Carlos Pimenta; 4.360 e 4.372/2013, da Deputada Liza Prado; 4.394/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.427/2013, do Deputado Ivair Nogueira; e 4.432/2013, dos Deputados Luiz Henrique e André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/3/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 26/3/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona; 21.512, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003, 14.941, de 29/12/2003, 16.318, de 11/8/2006, 17.615, de 4/7/2008, e 19.429, de 11/1/2001, e dá outras providências; e 21.549, que regulamenta a oferta do serviço de "couvert" no Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 3.692/2013, do Tribunal de Justiça, que fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015; e 3.693/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que reajusta os valores do subsídio mensal dos membros do Ministério Público; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de março de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2013, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013; e para o 2º



Turno dos Projetos de Lei nºs 3.692/2013, do Tribunal de Justiça, e 3.693/2013, do Procurador-Geral de Justiça, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2013.

Zé Maia, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.691/2013

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação ao Centro de Educação Profissional - CEP - situado no Município de Teófilo Otoni.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.691/2013 pretende dar a denominação de Centro de Educação Profissional Paulo Viana ao Centro de Educação Profissional - CEP - situado na Rua Aristóteles Dantas Guimarães, nº 166, Vila Santa Clara, no Município de Teófilo Otoni.

Inicialmente é importante destacar que a proposição em análise resulta de pedido formulado pelo colegiado da unidade escolar, que, em reunião realizada no dia 4/10/2012, homologou, pela unanimidade dos votos de seus membros, a indicação do nome de Paulo Viana para denominar o referido Centro.

Com relação ao mérito da matéria, cabe destacar que o homenageado, natural do Município de Novo Cruzeiro, foi Vereador e Prefeito por três mandatos e participou de vários programas na área da educação, inclusive como Presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - e Secretário da Escola da Penitenciária do Município de Teófilo Otoni.

Assessorou o Senador Aécio Neves quando este foi Deputado Federal, prestando relevante contribuição na construção de parcerias entre prefeitos para melhorias dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha.

Em 2002 foi nomeado Diretor do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene -, ocasião em que desempenhou importantes trabalhos. Como Assessor Técnico da Copasa, em 2006 tornou-se referência para as lideranças políticas da região, constituindo-se em elo entre o governo estadual e os municípios dos Vales Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

Pelas razões aduzidas, entendemos justa e meritória a atribuição do nome de Paulo Viana ao Centro de Educação Profissional de Teófilo Otoni.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.691/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de março de 2013.

Bosco, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/3/2013

O Deputado Vanderlei Miranda* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras da imprensa, nossa assessoria, senhores e senhoras que acompanham os trabalhos das nossas galerias, gostaria de saudá-los. Quero saudar especialmente aqueles que, de casa, espalhados por nossa querida Minas Gerais, acompanham esta programação pela Assembleia.

Sr. Presidente, há tempos não faço uso desta tribuna, mas hoje venho aqui para destacar três assuntos que considero de suma importância. Aliás, eu diria quatro assuntos. O primeiro deles é sobre uma importante reunião que aconteceu ontem no Salão Nobre desta Casa, em que tratamos dos preparativos para a 2ª Marcha Contra o Crack e Outras Drogas em Belo Horizonte. Lá estavam representantes de vários setores. Eles vestem a camisa, levantam a bandeira e enfrentam conosco essa guerra, que é a epidemia do "crack" e de outras drogas em nosso Estado. Ficou acertado que a nossa marcha acontecerá no dia 22 de junho. Ela contará também com a participação da Secretaria de Educação e com o apoio incondicional, a mais um movimento, do Presidente desta Casa, Dinis Pinheiro. A expectativa é que teremos milhares de pessoas ali, até mesmo estudantes da rede estadual. É claro que gostaríamos também da participação dos estudantes da rede municipal. Portanto, dia 22 de junho acontecerá a 2ª Marcha Contra o Crack e Outras Drogas aqui em Belo Horizonte. Desde já todos estão convidados a participar conosco. O trajeto será o mesmo. A marcha sairá do Colégio Estadual Central em direção à Assembleia e terminará aqui. A concentração começará às 9 horas, e dali sairemos para mais esse ato.



Outra importante notícia que quero trazer aqui, Sr. Presidente, é a realização de um ciclo de debates sobre a questão das drogas, de um modo geral, que ocorrerá no dia 25 de junho. O mote dessa campanha será um novo olhar para a questão da dependência. Para tanto, a nossa competente assessoria, na pessoa do Ricardo e de sua equipe, já fez contato com a equipe da Juíza Deborah White-Labora, que atualmente é a Juíza responsável pela corte de drogas de Miami. Visitamos essa Juíza e essa corte em dezembro do ano passado e fechamos o relatório da até então Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack, que agora foi transformada em comissão permanente. Ela passou a ter o seguinte nome: Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas. Tenho o privilégio de presidir essa Comissão com um grupo de Deputados que estão, de fato, imbuídos e dispostos a trabalhar para diminuir o flagelo que têm sido as drogas no nosso Estado, especialmente o “crack”.

Creio que faremos uma boa parceria nesta Casa com outras comissões temáticas daqui, como a Comissão de Segurança Pública, na pessoa do Deputado João Leite. Quero crer que ele estará conosco cerrando fileiras nessa luta. Ele já tem até mesmo uma programação de audiências no nosso Estado, e eu já lhe pedi que, por favor, comunique-nos sobre a agenda, para que possamos fazer essas audiências juntos.

O Estado tem cinco fronteiras e somos muito fragilizados nelas. Falo em fronteiras, mas podem ser divisas, que são fronteiras da mesma forma. Fazemos divisa com Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Há também o Mato Grosso do Sul. Então, temos seis divisas ou fronteiras, como queiram. Tenho falado em cinco, mas, na verdade, são seis. Portanto, é importante que nos unamos nesse projeto.

Sr. Presidente, também não poderiam ficar de fora duas outras importantes comissões desta Casa, com as quais já temos conversado e que prontamente disseram sim a esse projeto de intervenções pelo interior do Estado - a Comissão de Educação e a Comissão de Saúde. Tenho certeza de que, irmanados, Deputado João Leite, conseguiremos não acabar com as drogas, porque seria utopia falar assim, mas, a partir desta Casa, dar grande contribuição para amenizar a dor das famílias e diminuir esse flagelo que se tornou o “crack” no nosso Estado.

Sr. Presidente, Deputados, tenho em mãos uma página da edição do Caderno Nacional do jornal “Estado de Minas”, de segunda-feira, dia 18, que traz a manchete: “Combate ao 'crack' patina. As ações de prevenção e assistência aos dependentes em todo o País não saíram do papel, mas o número de internações aumenta a cada dia”. Essa é a realidade com a qual estamos convivendo. Sabemos o tamanho do gigante que temos pela frente e o que estamos enfrentando quando se fala da questão do “crack”.

Hoje, lamentavelmente, o “crack” está inserido em todas as áreas da nossa sociedade. O “crack” está nas mansões, nas áreas nobres, nas periferias, nas comunidades, debaixo dos viadutos, nas escolas e na zona rural das nossas cidades; ele já atingiu a terceira idade; não perdoa também as nossas crianças, com 8, 9, 10 anos; enfim, é de fato um grande flagelo com o qual estamos lidando. Para vencê-lo, temos de nos irmanar. Precisamos convocar toda a sociedade. Tenho falado isso constantemente. Se dermos as mãos, creio que poderemos conseguir êxito. Por quê? Porque esse não é um problema dessa ou daquela instituição, mas de todos nós. Só quem tem o problema dentro de casa, quem vive o drama dentro de casa sabe o que tem passado. Têm-me chegado notícias muito tristes de famílias que estão sofrendo muito por causa dos seus filhos, dos seus entes queridos que estão na dependência. Mas não me refiro apenas aos filhos, porque hoje muitos deles estão sofrendo também com o seus pais viciados nessa droga maldita, que é o “crack”.

Quero também abordar outro assunto: o fechamento da pediatria em vários hospitais de Minas Gerais. Mas, antes, concedo aparte ao nobre companheiro, Deputado Duílio de Castro.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda, por abrir espaço para eu me pronunciar. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo frente à comissão do “crack”, trabalho que agora será muito maior com a sua transformação em comissão permanente. Quero também parabenizar esta Casa, que contribuiu para que isso acontecesse.

É muito importante essa ação, principalmente agora com a 2ª Marcha Contra o Crack, porque vem chamando a atenção da sociedade para a importância da sua participação nessa guerra. Infelizmente, cada vez mais estamos vendo pessoas viciadas, adoecendo e estamos nos sentindo impotentes frente ao grande avanço dessa droga não só em Minas Gerais, mas no Brasil e no mundo. Falo que essa é uma das maiores desgraças que aconteceu na sociedade mundial.

Estou apresentando um requerimento, Sr. Presidente, solicitando que essa marcha seja feita no interior e que a próxima se realize em Sete Lagoas, que também vive o mesmo problema de Belo Horizonte. Que possamos chamar a atenção da sociedade com esses eventos no interior de Minas Gerais. Fica aqui a nossa sugestão. O nosso requerimento chegará na comissão presidida por V. Exa. Que possamos nos programar e fazer mais de uma marcha por ano, porque isso é muito importante. A extensão do trabalho dessa comissão, a campanha feita contra o “crack” nos “outdoors” em Sete Lagoas, onde colocamos a nossa imagem, é fundamental. Chamamos a atenção das famílias sobre a importância da participação de todos nessa guerra. Portanto, repito, deixo o nosso pedido para que essa marcha contra o “crack” ocorra também na cidade de Sete Lagoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Miranda* - Obrigado, Deputado Duílio, pela intervenção. Acolheremos o seu requerimento com muito carinho e informamos que aprovamos hoje, na 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e Outras Drogas, vários requerimentos, incluindo um, de nossa autoria, solicitando a realização de audiência pública em Caratinga e Governador Valadares, onde estivemos recentemente com o Presidente Dinis Pinheiro e fizemos o compromisso de que a região do Vale do Rio Doce tenha prioridade no início dos trabalhos da Comissão, com a realização das audiências. Vamos nas 19 cidades-polo do nosso Estado fazendo as audiências e reunindo as cidades do entorno. Acredito que possamos até programar uma marcha que culmine na realização dessas audiências. É boa a sugestão de V. Exa.

O outro assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é a notícia publicada no dia 18, no caderno “Cidades”, do jornal “O Tempo”. O título da matéria é “Pediatria em Minas Gerais está à beira de um colapso”.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Não poderia deixar de dizer a V. Exa. que a Comissão de Segurança Pública quer trabalhar com a comissão de enfrentamento do “crack”. Já temos nove reuniões marcadas no Divisa Segura e queremos sua presença para nos ajudar. Quero confirmar isso com V. Exa.

O Deputado Vanderlei Miranda* - Muito obrigado, Deputado. Vamos trabalhar juntos.



Voltando à pediatria, a matéria diz que quase 20 hospitais, tanto da rede pública quanto da rede privada, estão desativando os atendimentos, de convênio ou do SUS, nessa área. Sabemos que o direito à vida está consagrado na nossa Constituição. A atenção à criança e ao adolescente está consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Preocupado com essa questão da pediatria em Minas Gerais, Sr. Presidente, este Deputado encaminhou requerimento, já aprovado, solicitando audiência pública, no dia 3 de junho, na Comissão de Direitos Humanos, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor. Estaremos no Auditório realizando essa audiência às 9 horas. Desde já convidamos aqueles que têm interesse no assunto - e creio que todos têm. Hoje, na condição de avô, quando vejo minha netinha Sofia, de 2 anos e 4 meses completados ontem, e a minha filha, que mora fora do País, grávida, que nos dará uma netinha agora no mês de julho, fico imaginando a situação em que vivem as crianças brasileiras atualmente.

Quantas pediatrias estão desativando o seu atendimento, fechando por causa dessa remuneração inconcebível. Primeiro precisamos, nessa audiência, sensibilizar os hospitais que estão fechando sua pediatria - ou que até já a desativaram - para retomarem o seu atendimento, Sr. Presidente.

Também gostaria de fazer o apelo para que o SUS possa melhorar os valores pagos. Ora, ninguém mais quer ser pediatra. Hoje não vale a pena escolher a pediatria como sacerdócio médico. Não podemos permitir, Sr. Presidente, que essa situação chegue a níveis incontroláveis. Quero que esta Casa abrace essa causa, que os Deputados médicos, como o Deputado Glaycon Franco, companheiros desta Casa, abracem conosco essa causa. No dia 3, teremos uma audiência, aliás, já convidamos várias entidades que podem nos ajudar a buscar uma solução. Que o SUS melhore o valor pago aos médicos. Que os planos de saúde melhorem esse pagamento para que as nossas crianças não se vejam abandonadas e correndo o risco de até perderem a vida por falta de um atendimento.

Convém dizer que se trata de uma reivindicação justa.

Sr. Presidente, obrigado pela compreensão. Essas eram as minhas palavras. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Henrique* – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e o público que nos assiste pela TV Assembleia.

Inicialmente gostaria de dar aqui uma excelente notícia que vai impactar, sobretudo o Vale do Jequitinhonha. O curso de Medicina na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri terá o seu primeiro vestibular agora, em agosto. São 60 alunos que irão se matricular no curso na cidade de Diamantina. Essa é uma luta de longo tempo. Aliás, diversos Deputados desta Casa estiveram envolvidos nessa questão, por isso quero render homenagens aqui ao ex-Deputado e atual Vice-Prefeito de Belo Horizonte Délio Malheiros, que iniciou a Frente JK para o curso de Medicina na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Ficamos muito felizes com isso. É algo que deve ser comemorado, uma vez que, na semana retrasada, Diamantina completou 175 anos de sua emancipação política. Essa luta é de todos os políticos que atuam naquela região. Aproveito a ocasião para cumprimentar também o Deputado Federal Marcus Pestana, que esteve envolvido diretamente nessa luta, o Eduardo Azeredo, o nosso Secretário de Ciência e Tecnologia, Narcio Rodrigues e tantos outros que participaram. Também gostaria de fazer aqui uma justa e merecida homenagem a Juscelino Roque, da Santa Casa de Misericórdia de Diamantina, bem como ao Dr. Paulo Célio, do Hospital Nossa Senhora da Saúde, os quais trabalharam incessantemente para colocar essas duas instituições hospitalares como hospital universitário.

Sr. Presidente, nada disso adiantaria se o nosso Governador Antonio Anastasia, juntamente com o Secretário Antônio Jorge, também não tivesse disponibilizado recursos para que esse sonho pudesse tornar-se realidade. Os recursos superam a marca de R\$10.000.000,00.

Hoje venho a esta tribuna para comemorar essa conquista, que não é só de Diamantina, é de todo o Vale do Jequitinhonha, uma vez que esse curso já começa com uma grade curricular fantástica, valorizando o médico da família e tentando interiorizar as ações médicas no Estado. Estamos aqui bastante animados com a criação do curso de Medicina em Diamantina.

Sr. Presidente, nesta semana entrou nesta Casa uma matéria enviada pelo Governador Antonio Anastasia criando o estatuto mineiro da pequena e microempresa. Existe nesta Casa, e sou seu signatário, uma frente parlamentar pró-pequena e microempresa, e temos dados da Jucemg que mostram que mais de 90%, Deputado Sargento Rodrigues, das empresas de Minas Gerais são pequenas e microempresas.

No que esse estatuto vem beneficiar essas empresas? Elas terão uma linha diferenciada de crédito, menos burocratização na formação e encerramento de atividades e, sobretudo, terão um regimento jurídico próprio que facilitará as compras governamentais junto a entidades públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Sei que o Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente, já está fazendo uso dessa lei mesmo antes de ela ser promulgada e está incentivando as compras públicas até R\$80.000,00 junto a pequenas e microempresas, que são de vital importância para a saúde financeira do nosso Estado e fonte de emprego e renda.

Agora há pouco estive também participando – acabo de sair do anfiteatro – de uma discussão que ainda está acontecendo sobre a mudança na Lei de Incentivo à Cultura do Estado de Minas Gerais. O Governador Antonio Anastasia, juntamente com a Secretária Eliane Parreiras, mandou para esta Casa, para apreciação e votação, proposta de alteração dessa lei. Agora isso será muito facilitado para o investidor, uma vez que a contrapartida está sendo reduzida de 20% para 5%, 3% e 1%. Com isso as grandes empresas deverão dar uma contrapartida financeira de 5%, e as médias e pequenas empresas variarão de 3% a 1%. Acreditamos que com essa medida aumentaremos a captação de recursos e atingiremos, sem dúvida nenhuma, o previsto para 2013, que são R\$70.000.000,00 a serem investidos na cultura.

Aproveito também a oportunidade para pedir aos nobres pares da Assembleia que analisem com carinho uma proposta de lei de minha autoria, que tramitará em Plenário, relativa à importância de a gastronomia e a arquitetura serem compreendidas no Estado como cultura e poderem se beneficiar da Lei de Incentivo à Cultura. Em outros Estados, tanto a arquitetura quanto a gastronomia já fazem parte do rol da cultura. Minas Gerais tinha esse viés, e, com certeza, com a sensibilidade dos nobres pares, aprovaremos rapidamente essas duas atividades como fatores geradores de divisa e renda e como algo que está enraizado em nossa cultura. Nada mais, nada menos, faremos justiça, vamos assim dizer, a essas duas atividades que têm a cara de Minas Gerais.



Quem nunca ouviu falar, por exemplo da comida mineira – e a gastronomia está ligada diretamente à alimentação vista como arte -, da nossa arquitetura, o barroco mineiro, que agora nesta Casa passa a ter seu dia – 18 de novembro? Quero até parabenizar o Deputado Dinis Pinheiro por essa iniciativa, essa valorização de nossa cultura.

Gostaria também de pedir aqui desta Casa uma atenção especial para um projeto de lei que já está em tramitação neste Parlamento. Trata-se da alteração da Lei Complementar nº 88, de 2006, que cria no Estado as regiões metropolitanas.

Conversei com o nosso Governador Anastasia. Ele sinalizou positivamente que, se aqui nesta Casa passar a alteração prevista, teremos a oportunidade de não ficar apenas em duas regiões metropolitanas já criadas aqui no Estado - a de Belo Horizonte e a do Vale do Aço. Com a alteração prevista na lei, poderemos criar mais três regiões metropolitanas de grande interesse no Estado - a de Uberlândia, a de Juiz de Fora e a de Montes Claros. Em relação a Montes Claros, já entrei com um projeto de lei, que está aguardando apenas a mudança da Lei Complementar nº 88, a fim de que possa tramitar nesta Casa com parecer pela constitucionalidade.

A importância maior de tudo isso é que uma região metropolitana, quando instituída, possibilita aos Municípios limítrofes, ao colar metropolitano um planejamento de desenvolvimento integrado. Sabemos que a cidade de Montes Claros vem crescendo assustadoramente. Temos uma projeção quinquenal de crescimento continuado. Diante disso, a cidade está demandando um planejamento urgente de sua ocupação territorial, suas funções públicas de interesse comum. A forma eficiente, rápida que vejo de antever problemas futuros é a aprovação da Região Metropolitana de Montes Claros, que só será possível se aqui nesta Casa, nobre Deputado João Leite, os parlamentares entenderem que devemos mudar a legislação para contemplar não só Montes Claros, mas outras cidades mineiras que estão em crescimento e que necessitam, sobretudo, de um planejamento de desenvolvimento integrado.

Concedo aparte ao nobre Deputado João Leite, nosso professor aqui nesta Casa.

O Deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, Deputado Luiz Henrique. V. Exa. representa uma presença permanente do Norte de Minas, do Jequitinhonha e tem um papel muito importante nesta Casa. Vem, também, seguindo os passos da nossa querida Elbe Brandão, que inaugurou uma novidade em Minas Gerais e também no Brasil, sendo a primeira Secretária do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri. V. Exa. é conhecedor profundo da história, das lutas, dos desafios do Norte de Minas. Essa ideia, sem dúvida, é muito importante para o nosso povo do Norte de Minas.

A Constituição de 1988, que recebeu o apoio maciço da população brasileira - apenas o PT votou contra ela -, deixou, poderia dizer, esse equívoco ao se esquecer das regiões metropolitanas. Minas Gerais foi inovadora sob o comando do Governador Anastasia, pois temos aqui uma legislação para a região metropolitana, os conselhos deliberativos e a assembleia metropolitana.

Está correto, V. Exa. Temos de avançar, e V. Exa. deve ser o nosso condutor para que tenhamos a Região Metropolitana de Montes Claros para atender àquela população como um todo. Montes Claros não é uma ilha. Todas as cidades em volta estão ligadas. O atendimento à saúde tem um papel fundamental para os outros Municípios.

Estaremos sob seu comando e apoiaremos, sem dúvida alguma, a sua iniciativa. O nosso apoio ao povo querido do Norte de Minas, do São Francisco.

O Deputado Luiz Henrique* – Agradeço muito as palavras do nobre Deputado João Leite.

João, a nossa bancada do Norte de Minas e o Deputado Carlos Pimenta, bravo guerreiro do Norte, têm dado especial apoio a essa ideia da região metropolitana.

O nosso Governador Anastasia, que costumo dizer que é o contemporâneo do futuro, está também interessado nessa mudança de paradigma para que possamos instalar rapidamente a Região Metropolitana de Montes Claros.

Também gostaria da atenção dos nobres pares para um projeto que deve vir a Plenário em breve, dependendo apenas da lei federal que vai instituir o marco regulatório da mineração. Trata-se da criação do Fundo de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, matéria que está em diligência na Sedru e sobre a qual já conversamos com o Prof. Anastasia. O que propomos é que 15% da receita que venha como CFEM para Minas Gerais em função do novo marco da mineração passe a compor esse fundo, que será utilizado para a promoção do desenvolvimento do Estado, principalmente nas regiões de baixo desenvolvimento econômico e social. Para isso, temos a aprovação do nosso Governador, que realmente está devotado a esse projeto.

Sei que o tempo é curto, mas gostaria de repetir o que disse ontem em Plenário parabenizando o Hospital João XXIII por essa matéria na revista “Veja”. Aproveito para agradecer a toda a equipe do hospital, uma vez que, se minha mãe - que deve estar nos assistindo, pois, como a mãe do Deputado João Leite, não perde a nossa programação da tarde - está viva hoje, após um acidente que sofreu há aproximadamente quatro anos, isso se deve em muito à competência e à luta da equipe médica do João XXIII. Assim, parabéns ao Presidente da Fhemig, Dr. Antônio Carlos, o Foguinho, por estar à frente dessa instituição de saúde pública que é o hospital de pronto-socorro mais bem-avaliado do Brasil. Parabéns à saúde de Minas Gerais, que vem mantendo essa característica, principalmente no Hospital João XXIII, merecedor de nossos aplausos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* – Concedo aparte ao Deputado Cabo Júlio.

O Deputado Cabo Júlio (em aparte) – Gostaria de saudar o Vereador Glêdston Guetão, Líder da Prefeitura de Governador Valadares, que nos visita hoje.

O Sr. Presidente – Também agradecemos a presença do nobre Vereador.

O Deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, companheiro e amigo Deputado José Henrique; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa presente, ouvintes e telespectadores da TV Assembleia em todo o Estado, que acompanham os trabalhos desta Casa, gostaria de registrar minha alegria por, em um evento no Palácio Tiradentes, com a presença do Governador Anastasia, do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, de alguns companheiros Deputados e algumas centenas de Prefeitos e Prefeitas, ter participado de um momento importantíssimo para um dos programas fundamentais do Estado, que é o programa de saneamento e água para a gente mineira. Estamos falando de um programa que foi lançado pelo Governador Anastasia, no valor de R\$4.500.000.000,00.

Trata-se de um programa que, no seu final, em 2014, 2015, proporcionará o saneamento básico de 85% dos Municípios mineiros, atendendo aproximadamente 12 milhões de habitantes pelos Municípios do nosso Estado. Trata-se de um programa que está nas mãos



da Copasa, uma empresa muitas vezes combatida nesta Casa. Até mesmo por falta de oportunidade de divulgar o que faz, essa empresa causa, até certo ponto, irritação, resultando em denúncias por parte de alguns parlamentares, de alguns políticos, mas a Copasa hoje, sem dúvida, demonstrou apreço e comprometimento com o povo mineiro, com o nosso governo de Minas e com o povo de Minas Gerais.

Vários Prefeitos do Norte de Minas, da região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri estiveram presentes. Recebemos esse anúncio do programa Água da Gente, da Copasa, com muita expectativa de vermos sanados, solucionados alguns problemas graves que ocorrem nas cidades de Minas Gerais. Todos sabemos que o problema de saneamento é muito grave: é a poluição dos nossos rios e córregos, é a falta de estrutura para que os Municípios mineiros vivam com um pouco mais de dignidade.

Particularmente, Sr. Presidente, fiquei satisfeito quando ouvi o anúncio da presença da Copasa e da Copanor na região, principalmente nos pequenos Municípios, atendendo à demanda mais legítima que temos: água potável para o povo. Minha região passa por um dos mais difíceis momentos de toda a sua história. O Norte de Minas está vivendo agora, hipoteticamente, o que seria o início de uma seca, os efeitos de um final de seca. O mais triste é que temos certeza de que nos próximos seis meses não irá chover no Norte de Minas, ou seja, serão seis meses sem chuva nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. A partir de novembro de 2012 há cidades onde não choveu nem 150mm; historicamente, no final do mês de março, com as águas de março, com a chuva, essas cidades já deveriam ter recebido cerca de 700mm de precipitação.

Então, estamos diante de um dilema, diante de um fato estarecedor. Os proprietários rurais da nossa cidade, da nossa região, já não têm mais a quem recorrer, já não têm mais o que fazer. Todas as plantações estão comprometidas, em algumas lavouras já houve perda de 100%, como nas lavouras de milho, de feijão e outras. Em alguns locais, mais de 50% do gado já morreu; além disso, perdeu-se no preço, pois o gado está magro e não se pode vendê-lo para frigoríficos. Não se tem mais o que fazer, não há como recorrer a bancos. Não há sequer o milho para comprar da Conab, que sempre socorre nesses momentos difíceis. A triste constatação é que estaremos enfrentando a pior seca nos próximos seis meses.

Eu gostaria muito de poder fazer com que esta Casa, os governos estadual e federal prestassem socorro imediato a esses Municípios. A cidade de Monte Azul, com mais de 25 mil habitantes, está sendo abastecida por caminhões-pipa.

E o principal reservatório de Montes Claros, que é o sistema do Rio Verde Grande, a barragem de Juramento, que abastece Montes Claros, está funcionando com cerca de 30% da sua capacidade. Ora, vamos correr o risco de ver Montes Claros sendo também abastecida por caminhões-pipa, com racionamento naquela cidade. Neste momento o Prefeito Ruy Muniz está na Copasa, numa audiência com o Presidente de lá, mostrando essa triste realidade, meu caro e querido Deputado Gilberto Abramo, porque se corre o risco de uma cidade de 400 mil habitantes ficar com racionamento de água. Se a água acabar, não sei o que será de Montes Claros.

Ouçõ V. Exa. com muito prazer.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - Meu querido companheiro, Deputado Carlos Pimenta, isso realmente é preocupante, e não está restrito apenas a Montes Claros, mas a várias cidades do Norte e do Jequitinhonha. Mas o que me chama a atenção em especial é a cidade de Comercinho, que V. Exa. conhece muito bem. Ano passado ela ficou aproximadamente seis meses sem água, sendo abastecida por caminhão-pipa. Tudo que a cidade precisa é de uma barragem, cujo custo final é em torno de R\$3.000.000,00. Não estamos menosprezando, mas o que não consigo entender é como alguém constrói uma ponte na cidade de Jequitinhonha, ligando praticamente o centro a uma vila, pelo valor de R\$12.000.000,00, e não se consegue liberar R\$3.000.000,00 para matar a sede de uma cidade inteira como Comercinho. É isso que nos revolta, ver a falta de sensibilidade por parte de alguns. Não citarei aqui nomes, mas essa é a pura realidade. Por isso, tem o nosso apoio.

O Deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, Deputado Gilberto Abramo, grande companheiro e amigo. V. Exa. fala a respeito da cidade de Comercinho, cujo problema também conheço. Então, Deputado Gilberto Abramo, estamos vivendo um momento de exceção. Acho que a Copasa está certa em lançar um programa dessa envergadura, um programa importante, que atenderá principalmente as pequenas cidades - as grandes, médias e pequenas cidades. Aplaudo neste momento o Governador Anastasia pela sua sensibilidade, por ser um homem preparado, que sabe onde tem que governar e como vai e deve governar. Esse programa de saneamento, da gestão das águas, de apoio aos pequenos Municípios, é fundamental e é a última esperança que temos para minimizar o problema, melhorar um pouco o astral do povo norte-mineiro e levar-lhes a coisa mais importante e sagrada que temos - a água. Ninguém vive sem água. O Governador Anastasia está correto nas suas ações, em priorizar neste momento o saneamento, que é o nosso futuro, e a água potável para as casas das pessoas, que é o nosso presente.

Outro tema que queria abordar nesta tarde é com relação a uma grande e importante audiência pública que a Assembleia de Minas realizará amanhã, quinta-feira, dia 21, na cidade de Francisco Sá, para debater a duplicação da BR-251, a BR mais importante que temos, porque liga todo o Sudeste brasileiro ao Nordeste brasileiro. Uma BR que sai de Montes Claros, percorre em torno de 350km e une todo o Sudeste à Rodovia Rio-Bahia, interligando o Sudeste ao Nordeste brasileiro.

Essa audiência pública ocorrerá em Francisco Sá, cidade símbolo da luta e da resistência, principalmente com o Prefeito Denílson, nosso conhecido Denilsão, que foi eleito com mais de 70% dos votos. Estarão presentes os governos estadual, por meio do DER e da Secretaria de Obras; e federal, por meio do DNIT. Mostraremos a eles a necessidade de priorizar a BR-251, onde centenas de pessoas morrem por ano, e é chamada rodovia da morte. As Rodovias 381 e 251 são as que mais vidas tiram dos motoristas, do povo brasileiro e mineiro. Faço um apelo aos Deputados e aos órgãos para que amanhã, dia 21, às 14 horas, estejam presentes nessa audiência pública em Francisco Sá, que será realizada sob a coordenação do Deputado Ivair Nogueira. Talvez seja a mais bela reunião, participativa e verdadeira com o povo se manifestando contra essa rodovia da morte, esse instrumento que mata as pessoas no Norte de Minas, que é a BR-251.

No dia 25 de abril, estaremos em Três Pontas, no Sul de Minas, atendendo a um requerimento de nossa autoria, para discutirmos o programa Caminhos de Minas. Contaremos com a participação dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e também do Deputado Dilzon Melo, grande companheiro, para promovermos essa grande discussão. Discutiremos o Caminhos de Minas, no Sul de Minas, e a duplicação dessa rodovia que liga Três Pontas a Varginha e que tem matado muitas pessoas e atrapalhado o desenvolvimento e o



crescimento daquela região. V. Exa. é signatário do requerimento. A reunião já está marcada. Então, no dia 25, estaremos em Três Pontas.

Fica aqui o nosso aplauso à Copasa e ao Governador do Estado pelo lançamento desse grande programa e o nosso apelo para que, nessas duas audiências públicas - uma amanhã, em Francisco Sá, e a outra, no dia 25 de abril, em Três Pontas - tenhamos uma participação efetiva de Prefeitos e Vereadores, porque é assim que se constrói a democracia e se consegue superar os obstáculos e fazer com que o povo tenha vez e voz, por meio dos Deputados e da Assembleia de Minas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Cabo Júlio – Sr. Presidente, Deputadas e Deputados e telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, quero fazer uma saudação ao nosso colega Glêdston Guetão, Vereador de Governador Valadares e Líder da Prefeita, colega do PT, que nos visita hoje. Seja muito bem-vindo! V. Exa. veio trazer a esta Casa algumas demandas do público interno do 6º e do 43º Batalhões da Polícia Militar da cidade. Dentro do possível tentaremos fazer o atendimento ao Vereador, assim como ao nosso colega Cabo, legítimo representante dos militares daquela cidade.

Faço uma saudação também especial a dois heróis anônimos, a dois militares que foram excluídos da Polícia Militar, em razão da greve de 1997: o Sgt. Mendes e o Cb. Pedrilho, meus amigos de longa luta. Sejam muito bem-vindos! Os senhores anonimamente são os grandes heróis da mudança que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros têm tido ao longo dos anos, decorrente daquele movimento cívico.

Hoje foi realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, em que eu e o Deputado Sargento Rodrigues fomos os signatários do pedido para avaliar algumas denúncias de violações de direitos humanos por parte pontualmente de alguns oficiais do 31º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Conselheiro Lafaiete, e na 1ª Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, o chamado canil, de Belo Horizonte, que até já foi alvo de pronunciamento deste parlamentar nesta tribuna. Confesso que essa audiência terminou com um verdadeiro vexame. O Ten.-Cel. Peterson, da Corregedoria, logo da Corregedoria, deu um verdadeiro vexame, tentando afrontar esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos e, em especial, este parlamentar. O Tenente-Coronel se esqueceu de que este parlamentar, embora seja com muito orgulho Cabo do quadro da reserva do Corpo de Bombeiros, é um parlamentar investido nesta Casa, por meio de votos.

O caso em tela era a denúncia, reportada nessa Comissão, de que o Cb. Nazareno, um militar, ficou doente, teve o seu atestado médico homologado pelo médico de sua unidade e foi para a sua casa. A Polícia Militar, em uma verdadeira afronta à Constituição, criou, por meio de norma interna...

Hoje disse ao Deputado Durval Ângelo que tanto a Constituição Federal quanto a Estadual - como advogado sempre digo isso - são o freio do Estado, limitam a ação totalitária do Estado, que não pode fazer o que bem quer, do jeito que quer e como quer, como todo Estado totalitário faz, sem nenhum freio, sem nenhum limite. A chamada Constituição Cidadã, de 1988, veio definir o papel e o limite do Estado e os direitos e garantias do cidadão. A Constituição, em seu art. 5º, que trata dos direitos e garantias individuais e não coletivos, subscreve algumas áreas específicas em que o Estado não pode tocar. A inviolabilidade do domicílio está inserida no inciso XI do art. 5º da Constituição como sendo um limite do Estado. O Estado não pode entrar em minha casa na hora que quer, ressalvadas algumas exceções, como no caso de flagrante delito, caso de desastres, em que poderá entrar a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar socorro. Para cumprir mandato de busca e apreensão, poderá entrar somente durante o dia. Então, o constituinte originário colocou limites, dizendo o que o Estado não pode fazer.

O caso discutido, hoje, na Comissão de Direitos Humanos diz respeito a uma guarnição comandada por um Tenente - que faltou e foi novamente convocado para vir aqui - que fez uma visita tranquilizadora à meia-noite na casa do Cabo. Ele foi recebido pela esposa do Cabo, denunciante, que estava hoje na Comissão ratificando a denúncia que havia feito na Corregedoria de Polícia. Ela disse ter recebido a visita de uma viatura à meia-noite e que o Tenente falou que tinha de entrar em sua casa e verificar se seu o esposo estava lá. Ela perguntou: “na minha casa, uma hora desta?”. Ela disse: “ele está aqui, está doente, não foi nem à aula”. Mas ele disse que tinha de entrar na casa para saber se ele estava lá ou não. Ela disse: “na minha casa o senhor não entra à meia-noite. Tenho dois filhos pequenos, estou de camisola, e o meu esposo está aqui”. Ele disse que tinha de entrar, porque tinha uma ordem do Capitão - que também foi ouvido hoje aqui - dizendo que ele tinha de entrar. Naquele entra não entra, ela foi prender um cachorro mais bravo, e ele disse: “se eu entrar e você não prender o segundo cachorro, atiro nele”. Isso foi uma total afronta aos direitos e garantias individuais, conquistados ao longo de anos, com muita luta, morte e repressão. Ela não deixou, fez aquela pergunta típica que todo cidadão deveria fazer: “O senhor tem um mandado para entrar na minha casa?”. Ele disse que não tinha o mandado, mas que tinha a ordem do Capitão, a ordem do Coronel para entrar. Nesse bate-boca - já falei desse fato aqui -, o militar acordou, ainda atordoado com aquela gritaria à meia-noite em sua porta, foi lá e disse: “estou aqui.” Então, eles foram embora.

Essa senhora foi até a Corregedoria, fez a denúncia dessa invasão de domicílio, dessa afronta aos seus direitos e disse: “Depois que eu sair daqui, vou procurar a Assembleia Legislativa, a Comissão de Direitos Humanos e o Deputado Cabo Júlio”. Então a Corregedoria disse a ela: “Não mexa com isso, não. Deixe a denúncia aqui mesmo. Não precisa ir lá”. Ou seja, aquela senhora foi incentivada a não procurar esta Casa, que é a Casa do povo, a não procurar a Comissão de Direitos Humanos e muito menos este parlamentar. Mas, ainda assim, ela o fez e aqui veio.

Hoje, na audiência pública, o Ten.-Cel. Peterson disse: “A senhora tem de voltar à Corregedoria e procurar a Maj. Célia” - se não me engano -, “na quinta-feira, às 17 horas”. Então disse que solicitaria que a data fosse modificada, porque, como parlamentar e oriundo da denúncia, queria acompanhá-la. E o Ten.-Cel. Peterson teve a petulância de dizer: “Faça o requerimento que iremos avaliá-lo”.

Primeiramente, o poder público tem a prerrogativa, inclusive coercitivamente, de intimar a pessoa quando se trata de inquérito policial ou inquérito policial militar, que não era o caso, porque se tratava de uma investigação administrativa. Então disse: “Comandante, o nosso pedido não depende de análise prévia de admissibilidade ou de concessão de V. Exa.”. Então ele se exaltou, afrontou esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos e este parlamentar. Ele se esqueceu de que, embora seja o Cb. Júlio, sou um



parlamentar e não estou sujeito às suas ordens e muito menos sou subordinado a ele. Aí faço uma análise de seu comportamento. Ele gritou, afrontou e levantou o dedo. Então questiono alguns pontos. Primeiro, esse Oficial que veio a esta Casa e representou a Corregedoria... Particularmente, tenho um enorme respeito pelo Cel. Hebert, apesar de todas as dificuldades que, porventura, a Corregedoria tenha no relacionamento com a tropa. Mas, particularmente – e falo sem nenhuma motivação externa -, tenho profundo respeito pelo Cel. Hebert, Corregedor da Polícia Militar. Ele é um homem sério, competente, correto, um homem de Deus, um homem que, dentro de sua visão – e podemos discutir se isso está correto ou não -, leva o seu trabalho a sério. E ele foi representado nesta Casa por esse cidadão. Entendo que o Oficial da Corregedoria seria representado nesta Casa por um magistrado, aquele que recebe a denúncia, analisa-a, sai do “métier” da discussão da denúncia e avoca para si a responsabilidade da apuração.

Infelizmente o que ocorreu aqui foi um verdadeiro vexame. O Cel. Hebert foi muito mal representado, pois o Ten.-Cel. Peterson deu um vexame nesta Casa. Ora, se nesta Casa do povo, com os representantes do povo, ele se porta assim, imagine junto a seus subordinados. Imagine como as pessoas que vão à Corregedoria, que tiveram coragem de denunciar um praça, um Oficial ou um superior, saem de lá! Se, numa audiência pública, onde a senhora que era denunciante fez a denúncia pessoalmente, perante a mim e os outros Deputados, houve o vexame desse Coronel, imagine como ele deve se portar longe das vistas deste Parlamento!

Fica aqui o nosso protesto. Esse Tenente-Coronel não será convidado - pelo menos na comissão em que eu estiver presente -, mas convocado para se posicionar. Estamos tomando providências, no campo político, em relação a esse moço. Queria dizer que hoje a Corregedoria deu uma bola fora, porque o Ten.-Cel. Peterson desrespeitou um Poder constituído, o Poder Legislativo. Ele desrespeitou aquela senhora que não tem obrigação de ir lá falar de novo o que já disse. Vou falar uma coisa: não acredito nessa apuração. Se querem apurar o caso, peguem a oitiva da senhora e vejam o que disse. Ela já falou tudo o que tinha para dizer. Ao final, depois da afronta do Ten.-Cel. Peterson, eu disse: agora, não na condição de parlamentar, mas de defensor dessa senhora, ela não vai à Corregedoria, ela não voltará lá.

Porque eu não vou colocá-la na frente de um moço desse, que perante toda a TV Assembleia e toda a Comissão reunida, dá um vexame de arrogância, prepotência e desrespeito ao Poder Legislativo. A Polícia Militar foi muito mal representada hoje. A Corregedoria foi muito mal representada. Sabem quais foram as mensagens que a Corregedoria da Polícia Militar passou hoje para a população, para aqueles que assistiram à reunião? Mensagem de arrogância - posso fazer tudo do jeito que eu quero -; mensagem de prepotência - sou Tenente-Coronel, faço do jeito que eu quiser; essa senhora vai no dia que eu quiser, na hora que eu quiser e da forma que eu quiser -; e, ainda, mostrou um desrespeito a este Poder, que não a havia sequer convocado, mas convidado, por termos um relacionamento muito bom com o Comando da Polícia Militar, principalmente com o Cel. Sant'Ana, que é um verdadeiro “gentleman”. Houvesse pelo menos meia dúzia de Comandantes como ele e a relação interpessoal na Polícia Militar seria muito melhor. E por último, esse Tenente-Coronel mostrou, na pessoa dele, que a Corregedoria está forjada, infelizmente, nos porões da ditadura, nos porões do manda quem pode, e quem não obedecer vai sofrer as consequências. Esse Ten.-Cel. Peterson, despreparado, desqualificado para representar a Corregedoria nesta Casa, mostrou um verdadeiro desrespeito à dignidade da denunciante, a este parlamentar e a toda a Comissão de Direitos Humanos.

Portanto, lamentavelmente, fica aqui o nosso protesto e um pedido ao Cel. Hebert de que nunca mais envie a esta Assembleia alguém tão despreparado, arrogante, prepotente, que não tem nada na sua condição pessoal para, nesta Casa, representar a Corregedoria da Polícia Militar. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, companheiros e companheiras das galerias e da imprensa. Trago, hoje, três assuntos, para os quais gostaria de chamar a atenção do povo de Minas Gerais.

Primeiramente, quero comemorar um dado que dá tranquilidade ao Brasil para seguir os rumos das mudanças que se iniciaram com o Presidente Lula. Trata-se da recente pesquisa do Ibope que consagra a Presidenta Dilma com 79% de aprovação do seu governo. Os conceitos “ótimo” e “bom” dão ao nosso governo, do PT e aliados, 63% de aprovação. Fazendo o contraponto inverso, apenas 7% do País julgam o governo da Presidenta ruim ou péssimo e 79%, repito, aprovam a Presidenta Dilma e o seu governo. Esse índice deve ser comemorado, não como militante ou Deputado do PT, mas como brasileiro. É um reconhecimento do nosso povo aos avanços que o Brasil está tendo. O povo brasileiro está satisfeito com o governo da Presidenta Dilma e com os rumos do País. Isso é o que demonstrou essa pesquisa.

Duas medidas foram fundamentais para que esse alto índice de aprovação se consolidasse: a diminuição da conta de luz, em que a Presidenta mostrou que o que foi feito no passado, do ponto de vista de privatização do setor elétrico, foi um equívoco. E chegamos agora em um período em que podemos, inclusive, não apenas denunciar, mas modificar o tipo de privatização e o modelo aplicado na privatização durante o governo do PSDB.

Isso resultou numa redução da conta de luz e pesou no aspecto de aprovação da Presidenta Dilma. E o outro, que diz respeito à diminuição dos impostos da cesta básica de produtos alimentícios, teve também reflexo.

Hoje o jornal "Hoje em Dia" publicou, na primeira página, que em Belo Horizonte já sentimos a deflação dos produtos da cesta básica. São dados importantes. Eles demonstram que, ao diminuir os impostos, a Presidenta Dilma já conseguiu, em curto espaço de tempo, obter resultados. Por exemplo: o açúcar cristal já teve uma diminuição de preço na ordem de 4,47%, de deflação; a carne bovina, 3,56%; o café em pó, 0,68%; o sabonete, 1,52%. Os preços, Deputados e Deputadas, caíram em Belo Horizonte como caíram no Brasil. Esse é o resultado que o jornal "Hoje em Dia" mostrou em Belo Horizonte, em relação à diminuição do preço da cesta básica, com a atitude da Presidenta Dilma de diminuir produtos da cesta básica. Usei da palavra hoje - e uso - citando esse tema, para cobrar do governo do Estado algo semelhante. Infelizmente, o caminho do governo do Estado tem sido o inverso.

No caso da luz, Deputado Gilberto Abramo, o que vimos foi a Cemig aumentar a conta de luz e anunciar que esse aumento seria em torno de 10%. A Dilma diminuiu a tarifa em torno de 20%, e a Cemig anuncia aumento em torno de 10%. Poderia ser o contrário. Como? Bastaria que o ICMS na conta de luz de Minas não fosse o mais alto do Brasil, como é. Ele é em torno, um sobre o outro, de 42%, se for simples, e de 30% do ICMS. Em São Paulo, o ICMS da luz é de 13% apenas. Portanto, aqui temos o ICMS mais caro e a



conta de luz mais cara do Brasil. Isso, ao invés de combater o processo inflacionário e desenvolver o País e o Estado, recrudescer em Minas Gerais e leva o nosso Estado a patamares inferiores àqueles oferecidos no Brasil.

A mesma coisa, Deputado Elismar Prado, diz respeito aos alimentos. Sabia que o ICMS dos alimentos mais alto é o de Minas Gerais? O ICMS de Minas também nos alimentos da cesta básica é um dos mais caros. Pensei em apresentar um projeto de lei reduzindo o ICMS, para seguir o exemplo da Presidente Dilma. Nós, como Deputados, não temos a prerrogativa de apresentar projetos de lei que diminuam a alíquota do imposto, mas cobro do Governador Anastasia e do PSDB que tenham a mesma atitude, de diminuir o ICMS na mesma proporção que a Presidenta Dilma fez. Assim teríamos uma redução muito grande nos preços dos alimentos em Minas Gerais. Aqui, o governo de Minas faz o contrário, anda, portanto, no sentido inverso ao do Brasil. Isso nós já vimos há muito tempo. Por tal motivo está se esgotando em Minas Gerais esse projeto do neoliberalismo, que o PSDB e seus aliados ainda aplicam neste Estado, embora derrotados do ponto de vista nacional. Essa mudança, Deputado Elismar Prado, precisa chegar a Minas Gerais. Quando contrapomos exemplos práticos, fica mais fácil para a população entender. Tivéssemos um governo com o mesmo conteúdo popular da Presidenta Dilma, teríamos uma redução maior da conta de luz e dos preços dos alimentos. No Brasil, a Presidenta força para baixo os preços, e no Estado o governo do PSDB força para cima os aumentos.

Para terminar, cito os pedágios no Rio Grande do Sul, onde o Governador Tarso Genro deu também um exemplo de governo democrático e popular. O governo, que agora criou uma empresa gaúcha de estradas e rodovias, diminuiu de 25% a 40% o preço do pedágio. Nesse sentido, fica dado o exemplo e o contraponto do que é um governo popular e do que é um governo neoliberal, conservador, na expressão mais utilizada comumente: um governo que tem o seu pensamento ideológico para a direita.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, Deputado Rogério Correia. Parabens-o pelo pronunciamento. Serei rápido.

Quero apenas dizer que faremos um segundo protesto na reunião da Aneel, na audiência pública em Brasília. Vamos denunciar e protestar contra essa posição da Cemig e do governo do Estado, que solicita um aumento, e isso na contramão do que foi apresentado pela Presidenta Dilma, de redução do custo-Brasil e das tarifas de energia elétrica. É lamentável. Enquanto a Presidenta Dilma desonera a cesta básica, faz política social, o governo do Estado aumenta os impostos e as taxas sobre serviços essenciais, como água e energia, e praticamente não cobra imposto de setores supérfluos. Então a população mais carente, pobre, é a mais sacrificada e penalizada.

Portanto registro a nossa luta. Faremos o segundo enfrentamento à Cemig na reunião da Aneel, a fim de manter a redução que tivemos aqui, em Minas, e a conquista alcançada com a sensibilidade da Presidenta Dilma. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/3/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando Fernanda Tomé de Rezende Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

exonerando Filipe Reis e Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Olegária Alves Gonçalves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Fernanda Tomé de Rezende Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;

nomeando Olegária Alves Gonçalves para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Luiz Roberto Souza Chaves do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Filipe Reis e Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 37/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/4/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global anual, através da internet, tendo por finalidade a contratação de seguro, através de seguradora, sem intermediação de corretora, para imóveis e conteúdos de propriedade da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de



Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG) – CEP: 30190-090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 25 de março de 2013 .

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.